

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

PROJETOS SUSTENTÁVEIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES) DA REGIÃO SUL: CARACTERÍSTICAS E FINANCIAMENTO

SUSTAINABLE PROJECTS IN MICRO AND SMALL ENTERPRISES (SMEs) IN THE SOUTH REGION: CHARACTERISTICS AND FINANCING

ESTRATÉGIA EM ORGANIZAÇÕES: ESTRATÉGIA, SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ÉTICA CORPORATIVA

Joyce Aparecida Ramos dos Santos, Universidade Federal do Paraná, Brasil, joysantosp@gmail.com

Meryelen Lunelli, Universidade Federal do Paraná, Brasil, mery.lunelli@gmail.com

Ana Paula Mussi Szabo Cherobim, Universidade Federal do Paraná, Brasil, cherobimanapaula@gmail.com

Resumo

A intensificação de preocupação com crises ambientais e sociais atribuídas em parte ao meio organizacional requer cada vez mais que empreendimentos, independente do porte ou setor de atuação, estabeleçam ações em nível de produto, processo, métodos, sistemas e serviços sustentavelmente mais amigáveis. Ao serem colocadas como protagonistas para proporcionar crescimento e desenvolvimento socioeconômico em seu contexto de atuação, Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são fundamentais neste processo, que pode dentre outros, ser contemplado através da implantação de Projetos Sustentáveis (PS). Semelhante a qualquer outra tipologia de projeto, os PS necessitam de recursos financeiros que viabilizem sua implementação. A busca por esses recursos é árdua nos negócios tradicionais, portanto, nos projetos sustentáveis, com retornos menos objetivos, esse financiamento é ainda mais complexo. Dada esta relevância, o presente estudo tem por objetivo central analisar características de projetos sustentáveis (PS) desenvolvidos por micro e pequenas empresas localizadas na região sul, enfocando a maneira pela qual estes são financiados. Para tanto, utilizou-se uma abordagem de natureza qualitativa, com propósito exploratório e descritivo. Partindo de uma estratégia de estudo de casos múltiplos com três organizações, os resultados pontuaram que todos os empreendimentos fizeram uso de capital próprio para viabilizar seus projetos. Estes resultados corroboram com a literatura de financiamento à micro e pequenas empresas e de fontes de financiamento a projetos sustentáveis, demonstrando que a escassez de fontes específicas a empreendimentos que vislumbrem ganhos além de financeiros (sociais e ambientais), pode tornar a implementação destes projetos mais árdua e onerosa quando comparada aos demais.

Palavras-chave: Projetos Sustentáveis; Fonte de Financiamento; Fonte de Financiamento Sustentável.

Abstract

The intensification of concern with environmental and social crises attributed in part to the organizational environment increasingly requires that enterprises, regardless of their size or sector of activity, establish actions at the level of product, process, methods, systems and services that are sustainably friendlier. By being placed as protagonists to provide growth and socio-economic development in their context of action, Micro and Small Enterprises (SMEs) are fundamental in this process, which can be contemplated through the implementation of Sustainable Projects (SP). Similar to any other typology of projects, the PS need financial resources that enable its implementation. The search for these resources is arduous in traditional businesses, so in sustainable projects with less objective returns, this funding is even more complex. Given this relevance, the present study has the

main objective of analyzing the characteristics of sustainable projects (SP) developed by micro and small companies located in the south region, focusing on the way in which these are financed. For that, an approach of qualitative nature was used, with exploratory and descriptive purpose. Starting from a multi-case study strategy with three organizations, the results pointed out that all ventures made use of equity to make their projects viable. These results corroborate with the literature on financing micro and small enterprises and sources of financing for sustainable projects, demonstrating that the shortage of specific sources for projects that envisage gains besides financial (social and environmental) can make the implementation of these projects more arduous and burdensome when compared to others.

Keywords: Sustainable Projects; Funding source; Source of Sustainable Financing.

1. INTRODUÇÃO

Desde que o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987, p.43) fora firmado há pouco mais de três décadas, uma série de abordagens sobre como produzir e consumir de maneira mais consciente vem sendo colocadas em pauta (Keskin, Diehl & Molenaar, 2013; De Bruin, 2016; Haldar, 2019).

No novo cenário apresentado, a introdução de um modelo de DS baseado nos pilares economia, meio ambiente e sociedade para organizações, governo e academia (Kraus et al. 2017; Gast, Gundolf, & Cesinger, 2017; Hanohov & Baldacchino, 2018), evidenciou a necessidade de soluções voltadas para o bem estar do planeta e qualidade de vida das pessoas. As organizações, outrora apontadas como causadoras de fatia substancial das crises ambientais e sociais existentes (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016; Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016; Dyck & Silvestre, 2018) foram colocadas como essenciais na concepção de ações capazes de promover um desenvolvimento que pudesse ser considerado de fato sustentável (Provanesk et al. 2017; Nikolaou, Tasopoulou & Tsagarakis, 2018; Youssef, Boubaker & Omri, 2018), embora a maneira sobre a qual fazê-lo tenha ficado exclusivamente à cargo do meio empresarial.

Consequentemente, tornou-se amplamente aceita a convicção de que as crescentes preocupações com o DS, embora controversas para o mundo dos negócios, possuem implicações significativas e influentes (Hall, Daneke & Lenox, 2010) para qualquer tipo de empresa, independente de seu tamanho ou posição no mercado (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016).

Assim, seja como forma de adequação a políticas de regulamentação, ganho de vantagem competitiva ou ainda atendimento de demandas reprimidas, o fato é que os gestores são cada vez mais pressionados a agir promovendo práticas que zelem pelo planeta, pelas pessoas e ao mesmo tempo garantam retorno econômico satisfatório para a organização.

Como eventual caminho empresarial na busca pelo equilíbrio do tripé, as organizações empreendem sustentavelmente através do desenvolvimento de produtos, processos, métodos e sistemas inovadores (Schaltegger & Wagner, 2011; Provanesk et al. 2017), algumas vezes expressos pelos denominados Projetos Sustentáveis (PS).

Como objetivo principal, tais ações pretendem mitigar malefícios oriundos de atividades organizacionais a meio ambiente e sociedade (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016; Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016), proporcionando retornos econômicos satisfatórios e ganho de vantagem competitiva as empresas desenvolvedoras (Youssef, Boubaker & Omri, 2018).

Entretanto, uma eventual dificuldade enfrentada por essas empresas encontra-se na busca pelo financiamento de seus PS. Isto ocorre, pois cada um dos projetos sustentáveis e o conjunto de

iniciativas demandam recursos financeiros. A busca por esses recursos é árdua nos negócios tradicionais, portanto, nos projetos sustentáveis, com retornos menos objetivos, esse financiamento é ainda mais complexo.

Paralelamente, uma lacuna na literatura revela a existência de poucas pesquisas interessadas em abordar assuntos financeiros relacionados a práticas de ES (Bergset, 2015), ignorando que um dos fatores cruciais para transformação rumo ao DS encontra-se no alinhamento harmônico destas duas temáticas.

Perante o exposto, o presente artigo visa auxiliar no preenchimento desta lacuna, se propondo a responder a seguinte questão de pesquisa: “Como se caracterizam e são financiados os projetos sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da região sul?”

Para este estudo, são consideradas “microempresas” organizações cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 360,000.00 (trezentos e sessenta mil reais) e “empresas de pequeno porte” ou “pequenas empresas” aquelas com valor superior a este e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), tomando como base a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016.

Justifica-se a escolha de organizações enquadradas nestes portes a relevância destas para o desenvolvimento socioeconômico do país (Sebrae, 2014), sendo portanto, imprescindíveis à concepção e disseminação de práticas orientadas ao atendimento do tripé pessoa, planeta e lucro.

O estudo prossegue da seguinte maneira: primeiramente está apresentada a relação entre sustentabilidade e Projetos Sustentáveis em MPEs, destacando a importância destas para a economia, sociedade e meio ambiente. Posteriormente, conceituam-se fontes de financiamento para projetos e identifica-se o ambiente de projetos sustentáveis. Em seguida, está apresentado o método utilizado. Na seção seguinte, os resultados são discutidos. Finalmente, desenvolvem-se considerações finais, enaltecendo as principais contribuições e limitações de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentada a literatura relevante acerca das temáticas abordadas por este estudo, sendo para tanto dividida em dois tópicos e um subtópico. No primeiro, apresenta-se a relação entre Empreendedorismo Sustentável (ES) e Projetos Sustentáveis (PS) no contexto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

No tópico seguinte, disserta-se acerca das fontes de financiamento para MPEs, evidenciando as dificuldades e peculiaridades enfrentadas por tais empreendimentos em sua busca por recursos financeiros. Ainda nesta seção, um subitem é estruturado. Nele, realiza-se a explanação de fontes de financiamento voltadas para o âmbito sustentável, demonstrando a importância de elaboração de fontes específicas para ações desta natureza, especialmente quando levado em consideração o crescente anseio pela transformação de mercados insustentáveis para outros em maior acordo com os ideais do DS.

2.1 Empreendedorismo Sustentável e Projetos Sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O consenso de que os pequenos negócios significam o fundamento da economia (Nassif, Ghobril & Silva, 2010; İyigün, 2015) faz com que atualmente, a importância destes empreendimentos para a transformação social e geração de empregos em uma nação não constitua mera falácia (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016). Isto ocorre, pois, embora o

impacto individual causado por uma Micro e Pequena Empresa (MPE) seja à primeira vista pequeno, o impacto coletivo ocasionado por empreendimentos menores é indispensável para maioria das regiões (Sarango-Lalangui, Santos, & Hormiga, 2018).

No Brasil, dados do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae, 2018) comprovam tal afirmação ao apontarem as MPEs como responsáveis pela geração de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e de 54% dos empregos no país. Em um cenário onde mundialmente existe um aumento na cobrança por ações empresariais voltadas para o atendimento das premissas do DS (Kraus et al. 2017; Urbaniec, 2018), a atuação destas empresas torna-se imprescindível para a propagação, fortalecimento e consolidação de iniciativas sustentáveis a nível nacional.

Através do Empreendedorismo Sustentável (ES), entendido como o ato de explorar, desenvolver e implementar soluções organizacionais que atendam as premissas do DS (Cralis & Vereeck, 2005; Schaltegger & Wagner, 2011; Schaltegger, Beckmann & Hockerts, 2018), faz-se possível a criação de novas organizações ou de novas ações à nível de produto, processo, métodos e sistemas dentro de empresas já estabelecidas (Schaltegger & Wagner, 2011; Provanesk et al. 2017), capazes de mitigar os malefícios oriundos das atividades organizacionais a meio ambiente e sociedade (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016; Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016) ao mesmo passo que promovam retornos econômicos satisfatórios a indivíduos e organizações desenvolvedoras (Youssef, Boubaker & Omri, 2018). Em outras palavras, tal prática consiste no único caminho empreendedor capaz de promover o desenvolvimento sustentável (Tilley & Young, 2010).

Para tanto, a partir do momento em que visualizam o DS como um valor primário e uma oportunidade de renovação estratégica, proprietários, gerentes e funcionários de organizações comprometidas com a causa (Mindt & Rieckmann, 2017; Biberhofer, 2018), empreendem sustentavelmente ao implementarem inovações capazes de gerar retorno satisfatório nas três vertentes de maneira integrada (Parrish & Foxon, 2009; Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016; Urbaniec, 2018; Youssef, Boubaker & Omri, 2018), fator que os leva a serem considerados diferenciados dos gestores comuns por darem significativa atenção a outros aspectos além do lucro (Bocken, 2015; Urbaniec, 2018).

Desta forma, à medida que são desafiados a revisar seus produtos e processos em busca de aspectos que lhes garantem maior aderência aos ideais sustentáveis (Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016), organizações que compactuam com as premissas do DS auxiliam na transformação de mercados e da sociedade (Schaltegger; Wagner, 2011), além de possuírem uma maior propensão de garantia de sobrevivência em longo prazo quando comparadas aquelas que não fazem da sustentabilidade uma questão a ser colocada em pauta (Provanesk et al. 2017).

Ao originarem produtos, serviços, métodos ou técnicas capazes de reduzir impactos ambientais e aumentar a qualidade de vida dos *stakeholders* (Bos-Brouwers, 2010; Schaltegger & Wagner, 2011), essas empresas abordam uma visão holística e auxiliam na diminuição do desnível existente entre as gerações (De Lucia et al. 2016).

Por outro lado, uma dificuldade a ser enfrentada pelos movimentadores do ES condiz a fazer com que seus ideais sustentáveis sejam percebidos por outros agentes interessados no processo (Keskin, Diehl & Molenaar, 2013), como colaboradores, clientes e investidores, por exemplo.

Conseqüentemente, a contribuição do ES para o DS torna-se condicionada a legitimação das partes interessadas (Schaltegger, Beckmann & Hockerts, 2018), traduzida por um engajamento na concepção destas ações que transformadas em uma vantagem competitiva,

ocasionam uma mímica dos concorrentes e consequente transformação do mercado, seja ele de massa ou de nicho (Schaltegger & Wagner, 2011; Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016; Youssef, Boubaker & Omri, 2018).

Assim, embora uma boa parte das pesquisas dispostas a investigar inovações direcionadas para o DS no meio organizacional estejam focadas em grandes organizações (Bos-Brouwers, 2010; Klewitz & Hansen, 2014), a importância das empresas menores na adoção e propagação de práticas sustentáveis para o fortalecimento do tripé não devem ser negligenciadas (Choongo, 2016; Schaltegger, Lüdeke-Freund & Hansen, 2016), dada a importância crucial destas organizações para geração de empregos e aumento de riqueza de uma nação (Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016), sendo portanto, imprescindíveis para a transformação de uma sociedade rumo à um futuro mais sustentável.

2.2 Fontes de Financiamento em MPEs

A visão tradicional de finanças considera que os investidores, independente de sua natureza, obtenham um alto grau de retorno em virtude da tomada dos menores riscos possíveis (Brealey, Myers & Allen, 2011). Paralelamente, instituições bancárias constituem fontes centrais no processo de concepção de financiamentos formais a organizações (Bergset, 2015). Ambas alternativas são extremamente válidas para proporcionar os recursos financeiros necessários à viabilização de ações empresariais, onde a busca pela identificação de mutuários capazes de proporcionar uma devolução satisfatória em prol do valor investido, constitui uma tarefa significativa a ser desempenhada (Comeig, Del Brio & Fernandez-Blanco, 2014).

Entretanto, embora as empresas de menor porte sejam frequentemente apontadas como essenciais na promoção do desenvolvimento econômico de determinada nação (Beck & Demircuc-Kunt, 2006; Aghelie, Sorooshian & Azizan, 2016), quando o assunto colocado em pauta refere-se à tomada de financiamentos para o fomento de seu negócio, compreende-se que diversas diferenças em relação aos grandes empreendimentos dificulta e até mesmo impede o acesso a recursos por parte destas organizações (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013; Kersten et al. 2017), originando uma consequente inibição ao crescimento das mesmas (Beck & Demircuc-Kunt, 2006).

Fatores como procedimentos altamente burocráticos, taxas de juros elevadas, relutância na utilização de patrimônios externos como capital de risco e investidores anjo, por exemplo, (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013) ou ainda informações escassas a respeito das oportunidades de financiamento disponíveis (Wulandari et al. 2017) trazem como consequência a necessidade de uso frequente de recursos próprios por pequenas organizações, bem como participações em programas de subsídios e doações governamentais (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013).

No Brasil, 82% das MPEs revelam ter enfrentado dificuldades no processo de tomada de empréstimos em instituições bancárias públicas ou privadas, atreladas a fatores como alta taxa de juros (48%), ausência de garantias (20%) ou avalistas/ fiadores (16%), documentação fiscal (11%) e contábil exigida (10%), entre outros motivos (10%) (Sebrae, 2017).

Dessa forma, muito mais do que existirem em grande quantidade, os pequenos negócios precisam apresentar expansão de suas atividades para que consigam de fato auxiliar no desenvolvimento econômico do ambiente onde estão inseridos. Contudo, quando o acesso aos recursos financeiros capazes de possibilitar tal feito é de difícil ou escasso, os empreendimentos tendem a ficar estagnados, gerando insatisfação (Beck & Demircuc-Kunt, 2016) e inviabilidade em longo prazo.

2.2.1 Fontes de financiamento para projetos sustentáveis

Na busca pelo enfrentamento direto dos desafios existentes rumo a um futuro mais sustentável, surge à necessidade de novas formas de investimentos, onde além da preocupação com ganho financeiro, outras fontes de retorno sejam vislumbradas, especificamente na esfera ambiental e social (Bocken, 2015). Entretanto, o que se percebe é uma baixa atenção de pesquisas engajadas em abordar o tema ES conjuntamente com assuntos relacionados a financiamento empresarial (Bergset, 2015), haja vista que, pela abordagem tradicional de finanças, a natureza acaba sendo vista como algo perigoso (Scholtens, 2017).

Como consequência, embora os empreendedores sustentáveis sintam-se entusiasmados com o valor intrínseco de seus ideais, o mesmo pode não ocorrer do lado daqueles que podem fornecer o capital necessário à viabilização de seus projetos (De Lange, 2017). Isto ocorre, pois se por um lado os investidores estão à procura de ações que ofereçam alto potencial de retorno em face dos valores empregados (Brealey, Myers & Allen, 2011), os negócios voltados para a sustentabilidade, embora não considerem aspectos monetários ausentes, tendem por natureza a priorizar os chamados imperativos da sustentabilidade (Rodgers, 2010).

Dessa forma, na busca pela resolução deste dilema, torna-se necessária à existência de novas formas de investidores, que estejam interessados e comprometidos na missão de identificar ações empresariais capazes de produzir lucro levando em consideração aspectos ambientais e sociais, chamados recentemente de “idealistas pragmáticos” (Bocken, 2015) ou ainda investidores de impacto (Hebb, 2013). Podendo atuar de maneira individual ou como parte de uma empresa, é atribuída a estes atores a perspicácia na identificação de negócios capazes de fornecer retorno com base de linha tripla (Bocken, 2015), auxiliando no desenvolvimento de organizações ou ações organizacionais sustentáveis.

Paralelamente, a atuação de governos e instituições bancárias também é extremamente necessária no que tange a concepção de auxílio a ações corporativas sustentáveis (Bergset, 2018), auxiliando no desenvolvimento e na viabilização de atividades orientadas a um futuro mais harmônico perante os ideais do desenvolvimento sustentável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Crucial para a seleção do método de pesquisa adequado para a condução de um estudo é a declaração da questão empreendida, ou seja, do problema de pesquisa proposto (Creswell & Creswell, 2018). Isto ocorre, pois, à medida que direcionam o olhar do pesquisador para o que deve ser respondido, tais questões atuam como lentes de foco, chamando atenção apenas para os pontos mais relevantes dentro do trabalho (Saldaña & Omasta, 2017).

Conforme já apresentado, neste estudo os esforços empreendidos foram voltados para proporcionar resposta a seguinte questão de pesquisa: **“Como se caracterizam e são financiados os projetos sustentáveis em Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da região sul?”**

Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa com propósito exploratório. Enquanto a pesquisa quantitativa preocupa-se em mensurar um número significativo de dados, estudos de natureza qualitativa estão interessados em compreender peculiaridades em torno de determinado fenômeno (Creswell & Creswell, 2018), neste caso, como MPEs da região em foco angariam recursos necessários à viabilização de seus PS.

De maneira complementar, tomando por base o que aponta Newman (2014) de que pesquisas exploratórias são realizáveis em situações onde o conhecimento acerca da temática a ser investigada é inexistente ou baixa, o propósito exploratório deste estudo justifica-se sob o argumento de que existem poucas pesquisas engajadas em abordar assuntos do

empreendedorismo sustentável juntamente a financiamento empresarial (Bergset, 2015) conforme aqui proposto.

No tocante a estratégia de pesquisa selecionada, utilizou-se um estudo de casos múltiplos. Estudos desta natureza ocorrem sempre que o pesquisador concentra-se em mais de um caso, fornecendo benefícios analíticos substanciais conforme possibilita a comparação entre as unidades investigadas (Yin, 2005). Assim, visando responder a questão de pesquisa proposta e buscando uma maior consistência aos dados obtidos, foram selecionadas 3 (três) micro e pequenas empresas que atuam com projetos sustentáveis no estado do Paraná, região sul do país. Todas as organizações participantes deste estudo foram certificadas no projeto Gestão Sustentável, oferecido pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep), que em sua essência, auxilia MPEs a executarem ações capazes de melhorar a eficiência e o desempenho do negócio, priorizando meio ambiente e sociedade (Sistema Fiep, 2018).

Para realização da coleta de dados, duas das cinco fontes de evidências apontadas por Yin (2005) como adequadas aos estudos de caso foram utilizadas. A primeira delas é a entrevista semiestruturada, onde embora o pesquisador tenha um roteiro pré-desenvolvido, não é isento de introduzir ou eliminar questões de acordo com as necessidades vislumbradas ao longo do processo (Bertucci, 2009). Para Brinkmann (2018) esta característica auxilia em um melhor uso dos diálogos ao permitir que o entrevistador atue de maneira mais ativa na construção do conhecimento. Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com pessoas envolvidas no processo decisório das organizações (gestores, empreendedores), no período que compreende maio e junho de 2019.

Em um primeiro momento, *e-mails* explicando o propósito da pesquisa e convidando os gestores a participarem foram disparados para 42 empresas, entretanto, apenas uma demonstrou interesse em colaborar prontamente. Desta forma, posteriormente, realizou-se contato telefônico com as mesmas organizações, situação em que, mais duas aceitaram conceder entrevista e auxiliar no desenvolvimento do estudo.

A análise de documental também foi utilizada como fonte de evidência. Considerada por Godoy (1995) uma rica fonte de dados uma vez que permite o exame de distintos materiais, os documentos utilizados foram: (a) histórico da empresa, que cumpriu o propósito de auxiliar na descrição da organização; (b) planejamento do projeto sustentável, que mostrou as características do projeto nas vertentes ambientais, sociais bem como os resultados econômicos esperados e executados, além de (c) informações disponíveis na internet, como descritivos de *sites* e reportagens envolvendo as organizações investigadas.

O uso de distintas fontes cumpre o propósito da triangulação dos dados (Flick, 2018), que para Yin (2005) é extremamente importante para auxiliar na qualidade aos estudos de caso, à medida que desenvolve linhas convergentes de investigação, garantindo desta forma, maior consistência aos dados.

Por fim, no tocante a análise dos dados neste estudo utilizou-se o processo de análise de conteúdo, definido por Bardin (1977, p.38) como o “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para tanto, foram seguidas as 06 etapas propostas por Creswell (2007) conforme mostra a figura abaixo:

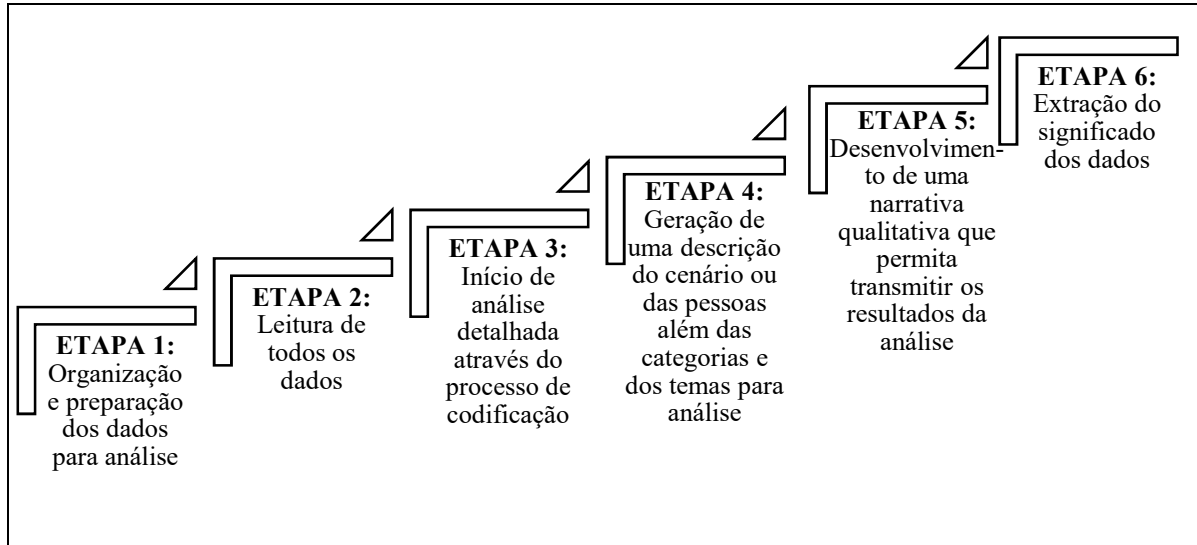


Figura 1 – Etapas da análise dos dados

Com base na literatura consultada, foram estabelecidas 02 categorias de análise: (a) características do projeto sustentável e (b) fontes de financiamento a projetos sustentáveis. Na seção que segue, os resultados são apresentados e discutidos.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme relatado anteriormente, o presente estudo foi realizado com três MPEs situadas na região sul e que desenvolveram projetos sustentáveis. Como maneira de preservar a entidade organizacional e facilitar no processo de redação dos dados, características destas organizações são apresentadas sinteticamente no quadro 1. Na sequência, os dados são analisados.

ORGANIZAÇÃO	SETOR	ENTREVISTADO	PORTE
Empresa Alfa	Convertedora de papeis sanitários	Empreendedor 1	Microempresa
Empresa Beta	Construção Civil	Empreendedor 2	Pequena Empresa
Empresa Ômega	Indústria Gráfica	Empreendedor 3	Microempresa

Quadro 1 – Características das organizações investigadas.

4.1 Projeto Sustentável: Características

A empresa Alfa esta no mercado há mais de 13 anos e desde o início atua com projetos de reciclagem envolvendo membros da comunidade (sucateiros). Especificamente, sobras da produção de papel higiênico/ papel toalha que seriam descartados e de elementos que compõem os insumos utilizados no processo (tubetes que acompanham a bobina e embalagens plásticas) são separados e entregues a sucateiros parceiros (Empreendedor 1).

Os sucateiros realizam a venda destes produtos para indústrias de recicláveis, revertendo parte do dinheiro adquirido em alimentos não perecíveis entregues a empresa Alfa, que então realiza doações para creches, asilos e famílias carentes (Empreendedor 1).

Através das características relatadas pelo Empreendedor 1, é possível compreender a implementação do projeto sustentável como uma solução organizacional (Crals & Vereck,

2005; Schaltegger, Beckmann & Hockerts, 2018) para lidar com problemas de descarte inadequado, trazendo por consequência benefícios ao meio ambiente e a sociedade (Bos-Browsers, 2010; Schaltegger & Wagner, 2011).

É interessante destacar que neste caso, o retorno econômico do projeto não é voltado para a empresa e sim para os sucateiros beneficiados com a ação. Ao tornar o acesso aos materiais recicláveis passíveis de revenda, a empresa facilita o trabalho dos sucateiros por fornecer um ponto de coleta rápida, ao mesmo tempo em que, gerencia o descarte destes rejeitos de maneira consciente (Empreendedor 1).

Ao afirmar que a motivação para implantar este projeto está diretamente relacionada à intenção de contribuir com meio ambiental (de maneira genérica) e com meio social local, o Empreendedor 1 corrobora com Bocken (2015) e Urbaniec (2018), revelando significativa atenção a outros aspectos que não o lucro.

“[...] nós desenvolvemos o projeto porque queríamos promover a fraternidade na comunidade onde a empresa tá localizada né, então tem aí a sucata gerada no processo de fabricação do nosso produto acabado e teríamos que descartar essa sucata de alguma maneira né, e pensando aí na questão da sustentabilidade e também da reciclagem reversa, não podia descartar esse material no meio ambiente, então encontramos essa solução no projeto com parceria com os catadores aí [...] (EMPREENDEDEDOR 1).”

A empresa Beta, por sua vez, atua há mais de 10 anos no ramo de construção civil e utiliza papel 100% reciclado para produzir colmeias de papeis que substituem o uso de madeiras no interior das portas, MDF e painéis compensados. Na vertente econômica, isto possibilita a organização comprar uma matéria-prima substituinte (papel reciclado) com menor preço quando comparado à utilizada tradicionalmente (madeira). Paralelo a isto, a questão de uma menor necessidade de desmatamento prioriza a vertente ambiental do negócio. A geração de emprego e renda para vendedores de recicláveis (participantes do início da cadeia produtiva) contempla a vertente social.

Neste ponto, com base nos dados coletados é possível afirmar que a empresa Beta abrange aspectos ambientais, econômicos e sociais em seu negócio (Schaltegger & Wagner, 2011). Entretanto, ao contrário da empresa Alfa, onde o retorno econômico é indireto, a possibilidade de adquirir matéria-prima de menor custo acarreta em um processo produtivo mais econômico e que por sua vez, aumenta além da lucratividade, a competitividade da organização (Provanesk et al., 2017).

Segundo o Empreendedor 2, a questão da sustentabilidade foi vista como uma oportunidade para se diferenciar dos concorrentes (Mindt & Rieckmann, 2017; Biberhofer, 2018) e oferecer soluções a um público interessado na causa, mas que até então possuía poucas alternativas neste âmbito.

“[...] a gente tinha uma barreira pra viabilizar o projeto que era tá entrando no mercado com uma solução diferenciada, mais ecológica do que a da concorrência. Então tinha essa questão de será que o pessoal vai aderir e no final aderiu né, então acontece que a gente tem uma matéria-prima mais sustentável, mais barata e que acaba dando vantagem aí na concorrência [...] (Empreendedor 2).”

É possível perceber pela fala do Empreendedor 2 a importância em conseguir justificar seus interesses ambientais e sociais para seu público-alvo, questão já evidenciada na literatura como fator importante para garantir o sucesso de uma ideia organizacional orientada para o

desenvolvimento sustentável (Keskin, Diehl & Molenaar, 2013; Schaltegger, Beckmann & Hockerts, 2018), situação alcançada com êxito no caso da empresa Beta.

Ainda em relação ao caso da Empresa Beta, é interessante analisar que o projeto iniciou-se como um anseio por aumentar a competitividade da organização ao atender um nicho de mercado até então inexplorado e que tivesse valores sustentáveis fortalecidos em sua ação (Mindt & Rieckmann, 2017; Biberhofer, 2018). Neste contexto, as premissas do desenvolvimento sustentável deixam de ser apenas uma falácia e se demonstram uma oportunidade de renovação estratégica e busca por sobrevivência em longo prazo (Provanesk et al., 2017).

A empresa Ômega, por sua vez, atua há quase 3 décadas no mercado de indústria gráfica e tem como projeto sustentável além da reciclagem, políticas internas de diminuição de resíduos que não podem ser reciclados, bem como utilização de papel proveniente de florestas certificadas. De acordo com o Empreendedor 3, o projeto funciona com a conscientização inicial dos funcionários à respeito do consumo consciente e de quais materiais podem ser reciclados. Posteriormente, estes resíduos são direcionados para uma área interna da organização, a qual, após certo período de tempo (1 semana) é esvaziada com a venda destes materiais.

Após o processo de venda ser consolidado, parte do lucro proveniente da reciclagem é direcionado aos funcionários, como um estímulo para que continuem conscientes da necessidade de realizar um processo de destinação adequada (Empreendedor 3). Assim, o projeto cumpre as vertentes ambientais, sociais e econômicas do negócio (Bos-Brouwers, 2010; Schaltegger & Wagner, 2011).

Em relação à motivação para o desenvolvimento do PS, o empreendedor diz que a intenção principal da organização era afetar minimamente o meio ambiente, tanto através da aquisição de materiais diferenciados para fazerem parte do processo produtivo, quanto da destinação adequada e retorno lucrativo de materiais que anteriormente eram seriam descartados.

“[...] nosso interesse era afetar o mínimo o meio ambiente, já que a gente utilizava papel pra tudo então tinha o interesse de conseguir um material diferente, menos nocivo e ainda conseguir vender o resto desse material aí e de tudo que pode ser reciclado. Aqui a gente recicla tudo que dá, tem que ser assim [...] (Empreendedor 3).”

Ao contrário das demais organizações, na Empresa Ômega, a implementação dos projetos sustentáveis, caracterizados neste caso por sistemas de produção e reciclagem ambientalmente mais amigáveis e socialmente benéficos (Bos-Brouwers, 2010; Schaltegger & Wagner, 2011), o retorno financeiro oriundo é direcionado para a empresa de duas maneiras principais: diminuindo o custo de produção e funcionando como um estímulo aos colaboradores participantes do processo.

Além disto, é possível notar pela fala do Empreendedor 3 que, nesta organização, a intencionalidade em implementar o referido projeto é fortemente atrelada a sua preocupação em contribuir com aspectos ambientais e sociais (Bos-Brouwers, 2010; Schaltegger & Wagner, 2011), expressos pelo seu empenho em diminuir impactos das atividades empresariais nas referidas esferas (De Lucia et al., 2016).

4.2 Fontes de Financiamento: dificuldades e utilização

Conforme pode ser evidenciado na literatura, os temas finanças e empreendedorismo sustentável ainda são pouco tratados conjuntamente (Bergset, 2015). Paralelo a tal questão,

compreende-se que o acesso a fontes de financiamento externas possui dificuldades adicionais no contexto de micro e pequenas empresas (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013; Kersten et al., 2017), fator que pode inibir, ou ainda, impedir o desenvolvimento de suas ações (Beck & Demirguc-Kunt, 2006).

Perante o exposto, compreender como micro e pequenas empresas alocam recursos financeiros necessários à viabilização de seus projetos sustentáveis demonstra-se um tópico de pesquisa relevante e que segue sendo tratado neste subitem.

Iniciando pela primeira organização participante do estudo (Empresa Alfa), o Empreendedor 1 revela ter utilizado capital financeiro próprio para viabilizar seu projeto. Questionado sobre os motivos de optar por esta modalidade, o Empreendedor 1 justificou que o custo em articular o projeto, mobilizando catadores, treinando e conscientizando seus funcionários foi extremamente baixo e que, por tal motivo, não justificaria a aquisição de recursos externos para auxiliar em seu funcionamento e manutenção.

“Não precisou de financiamento de fora porque custava muito barato pra gente. Então usamos o dinheiro de dentro da empresa mesmo porque fazia mais sentido. Era barato treinar o pessoal pra armazenar direito, fazer os contatos de quem ia pegar pra vender e de quem iria receber parte do dinheiro desse material. Então nem é que não teve custo, mas foi baixo né, mais uma questão de colocar tudo em seu devido lugar [...] (Empreendedor 1).”

Tal aspecto é relevante, pois demonstra que, projetos sustentáveis podem ser desenvolvidos a baixo custo dentro de organizações e ainda assim, retornarem significativas contribuições para meio social e ambiental, neste caso expressos pela destinação adequada de resíduos, geração de renda para catadores parceiros e doação de alimentos para instituições de caridade.

Conforme é possível notar na fala do Empreendedor 1, embora o capital financeiro que permita a viabilização de um projeto sustentável dentro de uma organização possa ser fator limitante para seu desenvolvimento (De Lange, 2017), a capacidade de articular adequadamente os recursos internos disponível pode auxiliar na dispensa de fontes externas, fator até então não tratado na literatura.

Na Empresa Beta, os recursos utilizados para o projeto também foram de capital próprio. Segundo o Empreendedor 2, esta foi a única alternativa disponível no momento, pontuando que, por sua organização ser enquadrada como pequena empresa, as dificuldades para financiamento tornam a busca por capital de terceiros muito árdua e desestimulante.

“Quando você é pequena empresa não tem muita opção de linha disponível não, as que tem são tudo cara, não paga as vezes, daí nem compensa. Aí você fala de outro tipo de fonte que pra gente nem passa pela cabeça. Nossa intenção é só conseguir se manter saudável no mercado, nada de pagar juros pros outros porque que inviabiliza nosso negócio. Se for pensar assim tem que ter alternativa diferente né, própria pra um projeto com essas características aí e que leve em consideração que a gente é pequeno e isso ainda não tem eu acho [...] (Empreendedor 2).”

Tal fator corrobora com o exposto na literatura (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013; Sebrae, 2017) demonstrando que, embora micro e pequenas empresas desempenhem um papel central na economia de qualquer nação (Nassif, Ghobril & Silva, 2010; İyigün, 2015) elas enfrentam dificuldades adicionais em sua busca por expansão e consolidação, dentre as quais a obtenção de financiamento é parte constituinte.

O fato de um projeto voltado para ganhos não apenas financeiros, como é o caso de ações sustentáveis (Rodgers, 2010), sugere a necessidade de uma maneira diferenciada de financiamento, em nível corporativo (Bergset, 2018) ou ainda individual (Bocken, 2015) capazes de auxiliar em seu desenvolvimento de maneira mais rápida e eficaz.

Corroborando com que fora colocado por Beck e Dermirguc-Kunt (2016) o Empreendedor 2 afirma que a dificuldade de acesso a financiamento externo trouxe como consequência para a organização uma possibilidade de crescimento limitada. Em síntese, dado que as ações para desenvolvimento do projeto necessitaram ser desenvolvidas paulatinamente, dentro dos recursos financeiros internos existentes naquele momento, os efeitos esperados com a implantação do projeto, neste caso, o aumento de competitividade, demoraram um pouco mais para surgir.

Além disto, é possível notar pela fala do Empreendedor 2 um desconhecimento acerca de fontes de financiamento disponíveis (Wulandari et al., 2017), sendo portanto o capital próprio e de bancos visualizados como única alternativa para desenvolvimento de seu projeto (Daskalakis, Jarvis & Schizas, 2013).

Em contraste com demais organizações analisadas, a Empresa Ômega também fez uso de capital próprio para colocar seu projeto sustentável em prática. De acordo com o Empreendedor 3 isto foi necessário pois as demais fontes disponibilizadas naquele momento apresentaram taxas de juros impraticáveis e que não justificariam o projeto em longo prazo.

Ainda para este empreendedor, alocar os recursos financeiros necessários para a execução de um projeto que não tenha como foco central o retorno financeiro para a organização e demais partes envolvidos é um processo oneroso e cansativo. Em sua percepção, os valores ambientais e sociais precisam estar muito consolidados dentro do empreendimento para que não se desista nas primeiras dificuldades.

“[...] é muito trabalhoso conseguir dinheiro pra um projeto que não tem o objetivo de gerar dinheiro como a coisa mais importante. É claro que a gente tenta (conseguir financiamento de fora), mas no fim não compensa. O negócio é ter certeza de que é importante ser feito e fazer, o dinheiro volta como consequência [...] (Empreendedor 3).”

A dificuldade dos empreendedores sustentáveis em traduzir seus ideais sustentáveis para as partes interessadas foi tratada na literatura por autores como Keskin, Diehl e Molenaar (2013) e De Lange (2017) ensejando a necessidade de novas formas de financiamento exclusivas para abranger ações desta natureza. No caso da Empresa Ômega é possível perceber que, embora tal situação pudesse se apresentar como fator limitante ou que inviabilizasse o andamento do projeto (Beck & Demirguc-Kunt, 2006), os fortes valores do Empreendedor 3 com questões ambientais e sociais fizeram com que tal barreira fosse ultrapassada sem maiores problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se, dentro de um contexto limitado de pequenas e médias empresas situadas na região sul do país, compreender como organizações desta natureza alocam os recursos financeiros necessários à viabilização de seus projetos sustentáveis.

Conforme foi possível notar, porte e intenção sustentável conjuntamente não se mostraram favoráveis à aquisição de fontes externas de financiamento, situações já tratadas em estudos anteriores (De Lange, 2017; Scholtens, 2017). Como consequência, tais organizações acabam optando por recursos próprios para desenvolver seus projetos, o que pode de certa forma inibir

ou ainda, tornar mais lento o processo de implementação e colhimento dos resultados esperados.

Com exceção do primeiro caso, onde a necessidade de financiamento externo não foi cogitada em razão dos custos do projeto serem baixos, nos demais casos, embora os empreendedores necessitassem de um capital financeiro considerável para execução de suas ideias, ambos relataram que as altas taxas de juros existentes (Sebrae, 2017) e as dificuldades em justificar seus interesses para partes interessadas (Keskin, Diehl & Molenaar, 2013), acabaram tornando a busca externa onerosa e cansativa.

Dentro deste contexto, convém destacar pontuações anteriores já feitas por outros autores, relacionadas especialmente ao fato de que, para ações que vislumbram além de lucro, é necessário à existência de investidores que compactuem com o entendimento de que ganhos sociais e ambientais também são relevantes. Do ponto de vista tradicional das finanças, compreende-se que este anseio seja ambíguo e talvez utópico. Entretanto, em um contexto onde a busca por sistemas de produção e consumo ambientalmente mais amigáveis torna-se cada vez mais uma realidade para organizações, esta é uma situação que necessita urgentemente ser revisada.

O fato de a pesquisa ter sido realizada com três micro e pequenos empreendimentos dentro de um contexto específico pode apresentar-se como uma limitação do estudo. Contudo, convém destacar que a intenção principal não é promover uma generalização estatística, inferindo que todas as organizações com porte e intenções semelhantes acabem tendo na utilização de capital próprio a única para financiar seus projetos. Por outro lado, a possibilidade em corroborar com o que já vem sendo estudado na literatura, revela significativas implicações práticas, a exemplo da necessidade de maiores informações e estabelecimento de fontes de financiamento que levem em consideração retorno além do financeiro.

Isto posto, sugere-se estudos futuros que sigam o caminho reverso, enfocando as características das fontes de financiamento para projetos sustentáveis disponíveis e colocando como pano de fundo, organizações onde estas linhas tenham sido aplicadas, buscando principalmente averiguar impactos ambientais e sociais possibilitados com a injeção destes capitais.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- Aghelie, A., Sorooshian, S., & Azizan, N. A. (2016). Research gap in sustainopreneurship. *Indian Journal of Science and Technology*, 9(12), 1-6.
- Bardin, L. (1980). *L'analyse de contenu*. Presses universitaires de France.
- Beck, T., & Demircug-Kunt, A. (2006). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking & finance*, 30(11), 2931-2943.
- Bergset, L. (2018). Green start-up finance—where do particular challenges lie?. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(2), 451-575.
- Bergset, L. (2015). The rationality and irrationality of financing green start-ups. *Administrative Sciences*, 5(4), 260-285.

- Bertucci, J. L. D. O. (2009). Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu. *São Paulo: Atlas, 1*.
- Biberhofer, P., Lintner, C., Bernhardt, J., & Rieckmann, M. (2019). Facilitating work performance of sustainability-driven entrepreneurs through higher education: The relevance of competencies, values, worldviews and opportunities. *The International Journal of Entrepreneurship and Innovation, 20*(1), 21-38.
- Bocken, N. M. (2015). Sustainable venture capital–catalyst for sustainable start-up success?. *Journal of Cleaner Production, 108*, 647-658.
- Bos-Brouwers, H. E. J. (2010). Corporate sustainability and innovation in SMEs: evidence of themes and activities in practice. *Business strategy and the environment, 19*(7), 417-435.
- Brasil. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa pequena de porte. Brasília, DF, dez 2016.
- Brealey, R. A., Myers, S. C., Allen, F., & Mohanty, P. (2011). *Principles of corporate finance*. Tata McGraw-Hill Education.
- Brinkmann, S. (2018). Interview. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. *The Sage handbook of qualitative research*. 5 th, Sage.
- Crals, E., & Vereeck, L. (2005). The affordability of sustainable entrepreneurship certification for SMEs. *The International Journal of Sustainable Development & World Ecology, 12*(2), 173-183.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*.
- Choongo, P., Van Burg, E., Paas, L., & Masurel, E. (2016). Factors influencing the identification of sustainable opportunities by SMEs: Empirical evidence from Zambia. *Sustainability, 8*(1), 81.
- Comeig, I., B. Del Brio, E., & O. Fernandez-Blanco, M. (2014). Financing successful small business projects. *Management Decision, 52*(2), 365-377.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications.
- Daskalakis, N., Jarvis, R., & Schizas, E. (2013). Financing practices and preferences for micro and small firms. *Journal of Small Business and Enterprise Development, 20*(1), 80-101.
- De Bruin, A. (2016). Towards a framework for understanding transitional green entrepreneurship. *Small Enterprise Research, 23*(1), 10-21.
- De Lucia, C., Balena, P., Melone, M. R. S., & Borri, D. (2016). Policy, entrepreneurship, creativity and sustainability: the case of ‘principi attivi’(‘Active ingredients’) in apulia region (southern Italy). *Journal of cleaner production, 135*, 1461-1473.
- Dyck, B., & Silvestre, B. S. (2018). Enhancing socio-ecological value creation through sustainable innovation 2.0: Moving away from maximizing financial value capture. *Journal of cleaner production, 171*, 1593-1604.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of management review, 14*(4), 532-550.
- Flick, U. (2018) Triangulation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The Sage handbook of qualitative research*. 5 th, Sage.
- Gast, J., Gundolf, K., & Cesinger, B. (2017). Doing business in a green way: A systematic review of the ecological sustainability entrepreneurship literature and future research directions. *Journal of Cleaner Production, 147*, 44-56.

- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(3), 20-29.
- Haldar, S. (2019). Green entrepreneurship in the renewable energy sector—a case study of Gujarat. *Journal of Science and Technology Policy Management*, 10(1), 234-250.
- Hall, J. K., Daneke, G. A., & Lenox, M. J. (2010). Sustainable development and entrepreneurship: Past contributions and future directions. *Journal of Business Venturing*, 25(5), 439-448.
- Hanohov, R., & Baldacchino, L. (2018). Opportunity recognition in sustainable entrepreneurship: an exploratory study. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(2), 333-358.
- Hebb, T. (2013). Impact investing and responsible investing: what does it mean?.
- İyigün, N. Ö. (2015). What could entrepreneurship do for sustainable development? A corporate social responsibility-based approach. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 195, 1226-1231.
- Kersten, R., Harms, J., Liket, K., & Maas, K. (2017). Small Firms, large Impact? A systematic review of the SME Finance Literature. *World Development*, 97, 330-348.
- Keskin, D., Diehl, J. C., & Molenaar, N. (2013). Innovation process of new ventures driven by sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 45, 50-60.
- Klewitz, J., & Hansen, E. G. (2014). Sustainability-oriented innovation of SMEs: a systematic review. *Journal of cleaner production*, 65, 57-75.
- Kraus, S., Burtscher, J., Niemand, T., Roig-Tierno, N., & Syrjä, P. (2017). Configurational paths to social performance in SMEs: The interplay of innovation, sustainability, resources and achievement motivation. *Sustainability*, 9(10), 1828.
- Mindt, L., & Rieckmann, M. (2017). Developing competencies for sustainability-driven entrepreneurship in higher education: A literature review of teaching and learning methods. *Teoría de la Educación; Revista Interuniversitaria*, 29(1), 129.
- Nassif, V. M. J., Ghobril, A. N., & Silva, N. S. D. (2010). Understanding the entrepreneurial process: a dynamic approach. *BAR-Brazilian Administration Review*, 7(2), 213-226.
- Newman, W. L. (2014) *Social research methods: qualitative and quantitative approaches*. 7 ed., London: Pearson Education Limited.
- Nikolaou, I. E., Tsagarakis, K. P., & Tasopoulou, K. (2018). An examination of ecopreneurs' incentives through a combination between institutional and resource-based approach: A preliminary study. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 29(2), 195-215.
- Parrish, B. D., & Foxon, T. J. (2009). Sustainability entrepreneurship and equitable transitions to a low-carbon economy. *Greener Management International*, (55).
- Provasnek, A. K., Schmid, E., Geissler, B., & Steiner, G. (2017). Sustainable corporate entrepreneurship: Performance and strategies toward innovation. *Business Strategy and the Environment*, 26(4), 521-535.
- Rodgers, C. (2010). Sustainable entrepreneurship in SMEs: a case study analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(3), 125-132.
- Saldaña, J., & Omasta, M. (2017). *Qualitative research: Analyzing life*. Sage Publications.
- Sarango-Lalangui, P., Santos, J., & Hormiga, E. (2018). The development of sustainable entrepreneurship research field. *Sustainability*, 10(6), 2005.

- Schaltegger, S., Beckmann, M., & Hockerts, K. (2018). Sustainable entrepreneurship: creating environmental solutions in light of planetary boundaries. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*, 10(1), 1-16.
- Schaltegger, S., Lüdeke-Freund, F., & Hansen, E. G. (2016). Business models for sustainability: A co-evolutionary analysis of sustainable entrepreneurship, innovation, and transformation. *Organization & Environment*, 29(3), 264-289.
- Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. *Business strategy and the environment*, 20(4), 222-237.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. 2014.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. SEBRAE. O financiamento das MPE no Brasil. 2017.
- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. SEBRAE. Perfil das microempresas e empresas de pequeno porte. 2018.
- Scholtens, B. (2017). Why finance should care about ecology. *Trends in ecology & evolution*, 32(7), 500-505.
- Tilley, F., & Young, W. (2009). Sustainability Entrepreneurs. *Greener Management International*, (55).
- Urbaniec, M. (2018). Sustainable entrepreneurship: innovation-related activities in European enterprises. *Polish Journal of Environmental Studies*, 27(4), 1773-1779.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso-: Planejamento e métodos*. Bookman editora.
- Wulandari, E., Meuwissen, M. P., Karmana, M. H., & Lansink, A. G. O. (2017). Access to finance from different finance provider types: Farmer knowledge of the requirements. *PloS one*, 12(9), e0179285.
- Youssef, A. B., Boubaker, S., & Omri, A. (2018). Entrepreneurship and sustainability: The need for innovative and institutional solutions. *Technological Forecasting and Social Change*, 129, 232-241.